



Publicado em *Comissão Permanente de Arquivo - CParq* (<https://cparq.ufba.br>)

[Início](#) > Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 13.02.2009

Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 13.02.2009

Tipo de Reunião: Extraordinária

Data: sex, 13/02/2009 - 09:00

Pauta:

Aplicação dos recursos do REUNI - Plano de Obras.

Relatoria: Comissão de Patrimônio e Espaço Físico; Comissão de Orçamento e Finanças.

O Magnífico Reitor rememorou, de forma breve e resumida, alguns aspectos da última reunião do CONSUNI sobre aquele tema, ocorrida em 18.12.2008, de que resultara a decisão da elaboração de um relato conjunto das duas citadas Comissões para apreciação do Conselho, adicionalmente informando acerca da indisponibilidade de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares de bancada, não tendo sido concedido qualquer montante financeiro para as universidades federais, bem como da antecipação, por parte do Ministério da Educação (MEC), da liberação de uma parcela equivalente a cerca de 60% da verba do REUNI prevista para o ano em curso, a demandar uma agilidade de procedimentos da UFBA para o seu aproveitamento integral, inclusive pelo fato disto depender o descontingenciamento dos 40% restantes, já no âmbito daquele Ministério, além de registrar a exclusiva realização da reunião da Comissão de Patrimônio e Espaço Físico (C.P.E.F.), não tendo sido possível a sua conjunção com a Comissão de Orçamento e Finanças (C.O.F.), cuja equipe a ela não se agregou, todavia optando, ainda assim, por convocar o Conselho com a já citada finalidade, em função da premência deliberativa e da dificuldade para a sua concretização nos próximos períodos; correspondentes ao Carnaval e subseqüente início das atividades letivas do semestre 2009.1 da Universidade. Assim sendo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Élio Fontes, Vice-Diretor da Escola Politécnica (ENG) e substituto do Conselheiro Luís Edmundo Campos, presidente da referida Comissão de Patrimônio e Espaço Físico, que, em seguida, informou sobre a tentativa daquele titular no sentido da aludida convocação conjunta, lamentavelmente frustrada em face das dificuldades observadas para tal conciliação, tendo a Comissão de Patrimônio e Espaço Físico se reunido duas vezes, de cujas reuniões foi extraído um parecer, de autoria do Conselheiro Marco Antônio Fernandes, unanimemente aprovado, a ele solicitando a sua apresentação para avaliação plenária. O Relator explicou a respeito da forma de realização das discussões, efetuadas com base nos elementos contidos nas planilhas distribuídas aos Conselheiros na sessão do CONSUNI de 18.12.2008, respectivamente referentes à relação de obras e reformas e aos correspondentes desembolsos financeiros, limitando-se a sua atuação à adoção de um posicionamento estritamente relacionado com as suas competências específicas, deste modo ressentindo-se da importante participação complementar do outro grupo, sobretudo em termos de indicações de ordem quantitativa e monetária, efetivamente inexistentes no relatório, e comentou a respeito do recebimento, pela UFBA, de um montante equivalente a 16 milhões de reais para aplicação no ano 2009, então aludindo e comentando acerca da previsão de aplicação institucional de um total de 27 milhões de reais, sendo 16 milhões de reais do programa REUNI e 11 milhões de reais oriundos da aludida emenda parlamentar de bancada, cuja expressiva parcela seria destinada à deflagração

e execução das obras, todavia lamentavelmente frustrados. Em seguida, o Conselheiro Marco Antônio Fernandes passou à leitura do seu parecer (anexo), concluindo pela sugestão de investimento dos recursos referentes ao exercício 2009 em três etapas, a elas respectivamente correspondendo um determinado conjunto de unidades contempladas, devidamente listadas nas condições anunciadas e constantes do citado documento. O Conselheiro Arthur Matos Neto solicitou um breve relato acerca do estágio atual de implementação das obras e demais ações aprovadas na mencionada reunião de dezembro/08, tendo o Conselheiro Francisco Mesquita exposto, de forma sintetizada e objetiva, as providências atinentes às manifestações colegiadas já deferidas e em andamento, aí se incluindo as iniciativas referentes à instalação da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) e à Biblioteca Setorial que abrigará os acervos daquela Unidade, da Escola de Administração (ADM), Faculdade de Direito (DIR) e Faculdade de Ciências Econômicas (ECO), com registros complementares concernentes ao montante de R\$ 1.618.000,00 para os trabalhos de urbanização do *campus* do Canela, à contratação dos serviços atinentes ao Ambulatório Magalhães Netto (AMN), à autorização das obras dos Institutos de Química (QUI), Física (FIS) e Matemática (MAT), a despeito de ainda faltarem 3,5 milhões de reais para a sua totalização e à persistência de um déficit de, aproximadamente, 5,8 milhões de reais em relação ao PAF 5, assim como de 3,1 milhões de reais referentes à Escola de Dança (DAN), ambos em aberto, sob cuja condição, aliás, ainda se encontra um conjunto de intervenções equivalente a cerca de 12 milhões de reais, adicionalmente informando a respeito dos contatos já mantidos pelo Magnífico Reitor com o Ministro da Educação, Professor Fernando Haddad, objetivando a liberação da verba restante, dele tendo obtido a notícia e a garantia do repasse imediato de 5 milhões de reais, inclusive como mecanismo compensador da redução financeira oriunda da perda da emenda de bancada, por fim comunicando, o Conselheiro Vice-Reitor, acerca da revogação da licitação do Centro de Idiomas, de inevitável e compulsória ocorrência, em virtude dos problemas detectados, a ter a sua reabertura providenciada e agilizada pelos setores competentes da Universidade.

O Conselheiro Dirceu Martins indagou a respeito do saldo financeiro efetivamente existente e disponível e o Conselheiro Francisco Mesquita o situou em torno de 9 milhões de reais. O Senhor Presidente comentou sobre a ineficiente metodologia adotada pelo sistema administrativo federal para efeito de liberação e aplicação dos seus recursos, facilmente perceptível através da constatação, na internet, de expressivo valor financeiro não utilizado por diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dentre as quais, felizmente, não se inclui a UFBA, cuja competente atuação vem possibilitando um aproveitamento integral das verbas disponibilizadas, diferentemente de outras universidades que, pelos motivos expostos, deixaram de preencher 700 vagas docentes dos recentes concursos, ainda referindo o enfático posicionamento governamental para empenho dos recursos já liberados até o mês abril/09, de modo a permitir nova postulação financeira subsequente para aplicação até agosto/09, sob pena de desperdício de oportunidade e de inviabilidade dos investimentos projetados para as etapas seguintes. Ademais, prosseguiu o Magnífico Reitor, parece confirmada e assegurada a proposta de aplicação do programa REUNI até o ano 2012, inexistindo qualquer ensejo para a sua redução ou comprometimento, então aventados por conta do atual contexto de severa crise econômica mundial, além de, opinativamente, associar o episódio da não liberação da emenda de bancada com um suposto e provável indicativo da sua modificação ritual, mediante substituição da sua atual sistemática pelo estrito incremento numérico dos equivalentes instrumentos parlamentares de ordem individual, de ajustada garantia através de compromissos para a sua disponibilização, adicionalmente comentando a respeito do aumento de, aproximadamente, 10 milhões de reais para utilização por parte de cada integrante do Congresso Nacional, precisamente destinados ao conjunto de investimentos a serem requeridos e processados, disto resultando a sua proposição de constituição, por parte do CONSUNI, de uma Comissão composta de representantes colegiados, com a precípua missão de contato com todos os parlamentares, um a um, objetivando a obtenção do seu comprometimento com a UFBA e a permanente cobrança dos resultados a serem concretamente alcançados, em decorrência do trabalho e esforço, generalizadamente, empreendidos por todos os envolvidos. O Conselheiro Francisco Mesquita propôs a execução, em espaço curto de tempo, de um planejamento financeiro voltado para o preenchimento dos cargos de coordenação dos cursos ainda em aberto, cuja estruturação já vem sendo preparada pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Professor Maerbal Marinho, externou auspiciosa expectativa de êxito da tarefa

idealizada e sugerida pelo Reitor acerca da Comissão, com base na característica político-eleitoral do ano vindouro, e indicou a inserção do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) e do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) no conjunto das unidades programadas, a serem inevitavelmente considerados para efeito de investimentos governamentais. O Conselheiro Luiz Rogério Leal apontou algumas dificuldades por ele enfrentadas para uma perfeita compreensão do comportamento metodológico aplicado no preparo da proposta de distribuição das verbas, tomando como base a planilha apresentada e integrante do parecer do relator, então questionando alguns procedimentos adotados, exemplificando com a possibilidade de que, sob aquela formatação, possam as unidades incluídas nas etapas cronológicas finais virem a ser eventualmente prejudicadas em caso de escassez ou falta de recursos; comentou e associou a realização de avaliações demasiadamente numéricas a um provável prejuízo da ação global; destacou o constante mecanismo de atuação do Instituto de Geociências (GEO) na busca e aquisição de verbas complementares, geralmente consubstanciadas em exitosas e profícuas ações beneficiadoras para a Unidade; e, reportando-se ao desenvolvimento atual das suas obras, perguntou sobre a possibilidade e perspectiva de liberação dos 1,5 milhões de reais restantes e necessários à conclusão dos serviços. O Conselheiro Antônio Wilson Menezes procedeu à leitura de ofício encaminhado à Reitoria, basicamente fixando-se o seu teor em aspectos concernentes às atividades relacionadas com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), habitualmente realizadas, de forma conveniada, entre a Faculdade de Ciências Econômicas (ECO) da UFBA e o Centro de Estatística e Informações (CEI) da Secretaria de Planejamento do Estado, então sublinhando o contratempo havido em decorrência da mudança da forma de contratação de pessoal por parte do Governo estadual, cuja execução passou a ser efetivada através do processo de Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), com adversa repercussão e dificuldade para a continuidade dos trabalhos conjuntamente realizados, com o comprometimento do prosseguimento do citado convênio, fazendo-se necessária a suspensão da sua aplicação, embora viesse um outro documento, de semelhante efeito e finalidade, a ser diretamente assinado pelo Vice-Reitor, Professor Francisco Mesquita, do seu absoluto desconhecimento, desta forma viabilizando-se a manutenção das atividades que, entretanto, não mais condizem ou coincidem com os propósitos da aludida Faculdade, então optando por suspender todos os mencionados trabalhos institucionais conjuntos, inclusive interrompendo-se as autorizações, normalmente concedidas pelo diretor de Economia, para a realização das correspondentes despesas habitualmente envolvidas e efetuadas, muitas decorrentes de instalações universitárias, ainda assinalando o apoio da Congregação daquela Unidade a todas as medidas anunciadas, nelas, portanto, incluindo-se o cancelamento contratual e a retirada da equipe da CEI das dependências do prédio, a ser operada num prazo máximo de trinta dias, por fim registrando a realização de recente reunião entre dirigentes do citado órgão estadual com o Magnífico Reitor, que demonstrou boa receptividade, bem como a disposição de se envolver e colaborar com o equacionamento do problema. O Senhor Presidente referiu a dissociação e distanciamento do conteúdo daquele tema em relação ao item da pauta em exame, então optando por dar continuidade ao seu tratamento no âmbito administrativo, como já vem sendo feito.

O Conselheiro Dirceu Martins sugeriu a confecção de uma nova planilha, contendo informações mais detalhadas sobre o andamento das diversas obras universitárias, aí se inserindo alguns elementos ilustrativos e alusivos à proveniência dos respectivos recursos, de forma a possibilitar uma visualização mais precisa e abrangente do assunto; manifestou especial preocupação quanto ao recebimento, por parte do Instituto de Química (QUI), dos novos alunos do semestre letivo 2009.1, cujas aulas deverão ser iniciadas em 02.03.2009, em precárias condições físicas, técnicas e acadêmicas, exemplificando com o caso da biblioteca da Unidade, cuja abertura, para o período noturno, encontra-se ameaçada por falta de pessoal; ressaltou a concreta possibilidade de questionamentos e reclamos da comunidade aos Conselheiros dirigentes, em função da inexistência de obras e serviços, ainda não iniciados de modo efetivo e correspondente à divulgação realizada e à expectativa fomentada; reportou-se à adversa repercussão, sobre determinadas Unidades, da criação de cursos de origem distinta, com a geração de situações complexas e de difícil solução, reportando-se, em termos ilustrativos objetivos, às conseqüências da recente implantação do curso de Oceanografia no Instituto de Geociências (GEO), com a oferta de três novas e correspondentes disciplinas no Instituto de

Química (QUI), para cuja implantação não aconteceu, no seu âmbito, um equivalente reforço numérico docente, já que apenas um professor foi contratado; defendeu uma forma de reflexão globalizada da UFBA, mediante adoção de uma visão institucional geral ao invés de uma concepção assentada na sua forma de constituição individualizada de unidades isoladas; destacou a inexistência de acessibilidade em QUI, particularmente preocupante em relação aos sanitários e elevadores; alertou para a inevitável superposição de horários de aula, sobretudo pela sua excessiva concentração no período matutino, em virtude da coincidência de preferências docentes; e manifestou o seu agrado quanto aos critérios adotados pela Comissão de Patrimônio e Espaço Físico do CONSUNI para distribuição dos recursos financeiros, a despeito da necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, então ratificando o teor e a configuração da planilha apresentada. A Conselheira Dulce Aquino também aludiu à questão do espaço/tempo ocioso da UFBA, muito já se tendo analisado e debatido sobre o tema, não se admitindo a adoção de um procedimento incapaz de maximizar o seu aproveitamento, defendeu a disponibilidade das favoráveis condições para implementação das ações inovadoras do REUNI, comentou sobre o antagonismo entre a capacidade de algumas unidades e a inabilidade de outras para aquisição de verbas complementares e salientou a inexistência de qualquer menção, na nova tabela, a intervenções relacionadas com o complexo artístico-cultural, admitindo e propondo a sua inclusão na 3ª etapa dos investimentos. O Conselheiro Luiz Rogério Leal concordou com a ponderação do Conselheiro Dirceu Martins acerca da adversa repercussão sobre determinadas unidades em face da abertura de cursos em outras distintas, endossou os critérios adotados pela Comissão de Patrimônio para efeito de distribuição financeira, com ênfase particular na criação de cursos e ampliação de vagas naqueles já existentes, conforme constantes da proposta do parecer, comentou sobre a importância de acesso e divulgação da amplitude dos projetos individuais e referiu que as emendas parlamentares devem contribuir com a implementação global do REUNI, não se atendendo a demandas próprias e específicas de unidades. O Conselheiro Arthur Matos Neto apoiou e ratificou o Conselheiro Dirceu Martins quanto à solicitação de elaboração das planilhas referentes às decisões já tomadas pelo Conselho, com a identificação dos respectivos estágios atuais de providências; indagou a respeito dos motivos das inserções do ICADS e do IMS na 3ª fase dos investimentos, uma vez que dispõem de recursos específicos para a expansão; sugeriu uma síntese dos projetos relacionados com o Plano Diretor, de maneira a se aproveitar, de forma eficiente, todos os trabalhos realizados ao longo do ano anterior e a ele vinculados, sem a perda da sua conexão com o REUNI; aventou preocupante possibilidade de um recomeço do “balcão de negócios” entre as unidades a partir das novas discussões sobre posições de ordem financeira, sobretudo pelo fato de se encontrarem, quase todas, em estado físico lamentável, com uma conseqüente demanda generalizada para aplicação de recursos; admitiu um equivocado entendimento pessoal de garantia dos 1,5 milhões de reais ainda necessários à conclusão dos trabalhos de GEO, aparentemente não assegurados em caso de falta desse montante; questionou a não inclusão, na tabela, da Faculdade de Educação, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) e do Instituto de Psicologia (IPsi) dentre as diversas unidades a serem contempladas; e corroborou a idéia e proposição de retomada dos debates sobre a distribuição e destinação das verbas.

O Conselheiro Reginaldo Santos aventou a possibilidade de prejuízos para o processo de avaliação do tema em apreço, pelo fato de não terem as duas já mencionadas Comissões atuado de forma conjunta, uma delas sequer participando dos trabalhos, disto tendo resultado um documento desprovido de elementos quantitativos balisadores da sua análise e opinou pelo preferível direcionamento dos recursos para os setores mais atingidos e comprometidos, com precária manutenção, a requererem urgente e consistente aplicação financeira, assim opinando pela postergação da construção de novos equipamentos para uma etapa posterior, com base em apreciação de parecer a ser previamente preparado pelas duas citadas equipes, no qual também seriam incluídas as formas de investimento, através do estabelecimento de um preciso cronograma de desembolsos. O Magnífico Reitor comentou sobre a disponibilização de diversas informações nas tabelas distribuídas na sessão do CONSUNI de 18.12.2008, quando fôra aquele assunto minuciosamente tratado, muitas delas relacionadas com os questionamentos ora efetuados, propondo a sua consulta como forma de obtenção de respostas a vários itens levantados. Em seguida, o Relator, Conselheiro Marco Antonio, argüiu uma “questão de ordem” para proceder a alguns esclarecimentos aparentemente necessários à elucidação de aspectos

mal interpretados ou insuficientemente compreendidos, então reiterando a sua fala anterior que assinalou a aplicação dos 16 milhões de reais constantes dos aludidos documentos, além de fazer menção e associar a participação da Comissão de Orçamento e Finanças (C.O.F.) nos trabalhos de alocação das verbas à proposição encaminhada pelo Conselheiro Dirceu Martins e posteriormente aprovada pelo Conselho naquela reunião, tendo a Comissão de Patrimônio e Espaço Físico executado a sua parte que, lamentavelmente, ficou desfalcada da relevante contribuição da Comissão de Orçamento, sobretudo em termos financeiros, para um melhor entendimento dos seus pares, assim opinando pela sua atuação interativa e complementou a sua manifestação com a revelação de pessoal preocupação para com as empresas vencedoras das licitações, algumas delas de questionável idoneidade, já tendo falhado em situações anteriores de certames e convocações públicas equivalentes, portanto passíveis de reincidências, usualmente verificadas no descumprimento de cronogramas e abandono de obras iniciadas, neste caso propondo, como mecanismo atenuador da sua nociva repetição para a UFBA, um reforço da assessoria jurídica institucional, ainda reportando-se ao indispensável preenchimento do espaço atualmente correspondente à Escola de Música (MUS), tão logo sejam removidos os seus cursos em decorrência da nova logística do Plano Diretor, sob pena de se transformar num tipo de “prédio-fantasma”, de difícil reocupação posterior, além de destacar o comportamento ético e profissional da Comissão de Patrimônio no respeito e manutenção dos recursos captados pelas Unidades, de apoiar a registrada concepção voltada para a globalidade da Universidade e não para a realidade de cada órgão componente e isolado e de corroborar o citado estudo referente à maximização de utilização do espaço físico ocioso da UFBA. O Conselheiro Prudente de Almeida Neto comunicou o recente recebimento da visita do Vice-Reitor, Professor Francisco Mesquita, pela Faculdade de Educação (EDC), em cuja oportunidade foi possível transmitir à Administração Central, de forma prática e objetiva, a precariedade da situação atualmente vivenciada por aquela Unidade, concentrando-se a maior preocupação comunitária nos problemas atinentes à energia elétrica e ao telhado, portanto revestindo-se os seus indispensáveis investimentos de um caráter de emergência e prioridade como mecanismo amenizador dos problemas e assinalou a tentativa de captação de recursos suplementares em fontes diversas por parte da sua direção, todavia infrutíferas, ainda apoiando e defendendo a aprovação do parecer da Comissão de Patrimônio e se disponibilizando para integrar a proposta Comissão do Conselho, a ser constituída com o objetivo de contatos e reivindicações financeiras aos parlamentares. A Conselheira Dulce Aquino opinou pelo prosseguimento dos serviços alternativamente iniciados ou com verbas alocadas, bem como pelo deslocamento da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC) da 3ª fase, conforme constante da planilha, para a 1ª etapa dos trabalhos. A Conselheira Lina Aras ratificou aquela alteração, sugeriu o início do exame e apreciação, por parte do CONSUNI, de semelhantes medidas em relação ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) e ao Instituto de Psicologia (IPsi), acentuou o problema concernente à escassez de espaço físico na UFBA para utilização como salas de aula, merecedor de ágil e conclusiva definição, externou sua preferência pela continuidade das discussões sobre investimentos e procedimentos licitatórios, ficando a questão da manutenção das Unidades para um momento posterior e comunicou a inauguração do Pavilhão de Aulas de São Lázaro (PASLE) no dia 27.02.2009, adicionalmente salientando a ociosidade da maioria dos seus espaços ao longo dos turnos vespertinos. O Conselheiro Reginaldo Santos propôs, com base na existência e disponibilidade de 16 milhões de reais, a destinação e utilização de parte daquele montante como custeio, de preferível direcionamento para os casos absolutamente prioritários, sem qualquer repercussão ou comprometimento dos valores assegurados pela rubrica de investimento, admitindo, contudo, a inconveniente possibilidade de instalação de polêmica decorrente da escolha a ser efetuada que, por um lado, pode facultar a execução e conclusão de novas construções, embora, de outro modo, evite o comprometimento ainda maior das atuais condições desfavoráveis de trabalho, tudo dependendo, por conseguinte, da alternativa a ser eleita e adotada. O Conselheiro Dirceu Martins concordou com a impossibilidade de alteração de rubricas em função das suas especificidades legalmente definidas e administrativamente formalizadas, também não se podendo modificar deliberações do próprio Conselho tomadas a toda hora e ressaltou a falta de uma discussão mais acurada sobre a já mencionada planilha, por ele então considerada inexistente sob tal situação, além de questionar a propalada ociosidade e de sublinhar a necessidade de expansão e reforço técnico dos laboratórios de graduação, por fim rememorando fala anterior do Conselheiro Francisco Mesquita quanto à indisponibilidade de

verbas para edificação do prédio do IHAC, pelo fato de ainda não constituir um elemento de primazia institucional, embora deva vir a ter a sua avaliação oportunamente deflagrada e encaminhada.

O Conselheiro Sudário Cunha reportou-se ao acordo efetuado com o Conselheiro Luís Edmundo Campos no sentido da convocação conjunta das duas Comissões, a ser por ele formalizada na condição de presidente da Comissão de Patrimônio e Espaço Físico, somente tendo ocorrido tal reunião no dia 11.02.2009, em turno coincidente com a já agendada sessão da Congregação da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC), então assinalando a inexistência de desídia ou negligência por parte dos membros da Comissão de Orçamento e Finanças, também registrando decisão anterior de elaboração de um documento sobre a matéria em apreço, a ser igualmente produzido de modo unificado, e informou a respeito da criação de dois novos cursos na sua Unidade, bem como das precárias condições de funcionamento da Faculdade, cujo mestrado é parcialmente ministrado naquela Faculdade de Direito (DIR), uma vez mais associando e estendendo o conjunto de problemas vivenciado por Ciências Contábeis a toda a UFBA e, mais ainda, a envolver o próprio Estado da Bahia. A Conselheira Fernanda Mendonça Lima externou pessoal e gratificante surpresa quanto à pluralidade e diversidade da UFBA, por ela já imaginada e agora constatada através da sua participação em reunião do CONSUNI, transmitiu o seu permanente posicionamento em defesa da construção de pontes, preferivelmente horizontais, ao invés de muros entre as Unidades, verificou complexa dificuldade de identificação das prioridades institucionais em face das suas generalizadas carências e demandas, destacou o significativo crescimento da UFBA ao longo dos últimos anos, com expressivas melhorias em várias áreas a despeito dos anunciados problemas e perguntou sobre a possibilidade de reversão da verba de custeio para investimento na Faculdade de Farmácia (FAR). O Conselheiro Rubens Gonçalves também elencou diversos itens semelhantemente comprometedores das atividades do Instituto de Ciência da Informação (ICI), solicitando a sua transferência da 3ª para, pelo menos, a 2ª etapa de investimentos, com base, justamente, no conjunto de elementos apresentados e relativos a uma preocupante condição física e acadêmica da Unidade. O Conselheiro Francisco Mesquita procedeu aos seguintes esclarecimentos: 1- os critérios utilizados na confecção das referidas tabelas levaram em conta uma relevante quantidade de itens considerados para um período de três anos, todavia não devendo as respectivas licitações ultrapassarem um prazo equivalente a dois, em virtude da frequente e rápida mudança das suas características; 2- todas as propostas devem estar, de alguma maneira, atreladas ao projeto do Plano Diretor, embora a sua aplicabilidade vincule-se a um prazo longo de 10 ou 15 anos, perpassando os próximos e sucessivos reitorados, pelo fato de representarem um importante marco de duradouro planejamento institucional; 3- os recursos de manutenção correspondem a 7 milhões de reais, com a previsão de um montante de 26 milhões de reais para investimentos em obras e equipamentos, estes de impossível alteração; 4- as funções gratificadas deverão envolver e satisfazer a todos os cursos de graduação e pós-graduação; 5- o Instituto de Psicologia (IPsi) não é prioridade atual da Universidade, assim como as suas FG, dada a condição muito recente da sua criação, diferentemente do caso da Faculdade de Ciências Contábeis, já formalizada e instituída há certo tempo, de recorrentes e procedentes reivindicações particularmente referentes à sua sede própria, inclusive como forma de propiciar, através da sua locação, a gestação física da zona de Humanidades da UFBA; 6- a possibilidade legal de que as empresas concorrentes nas licitações públicas apresentem valores até 10% inferiores ao mínimo permitido constitui um sério problema de risco ao êxito posterior dos trabalhos contratados, permanentemente ameaçados de descontinuidade e abandono, muitas vezes tendo-se de suportar comportamentos técnicos inadequados e flagrantemente prejudiciais à Universidade, por vezes aos seus próprios dirigentes, em face da complexidade da sua remoção, cujo ato pode se reverter em resultados ainda mais desfavoráveis para a UFBA; 7- a Faculdade de Educação (EDC) contará com um aporte financeiro institucional para específica aplicação na Unidade de acordo com a definição das suas prioridades de investimento por parte da sua direção, portanto não restrita à programação e liberação orçamentária do REUNI; 8- há uma disponibilidade de cerca de 1 milhão de reais do CT-INFRA para a Escola de Dança (DAN), prevendo-se a sua complementação com um valor a ser definido e oriundo do REUNI; 9- o ICADS e o IMS já estão contemplados com verbas da 1ª etapa da expansão, devendo, contudo, procederem a uma imediata conclusão das correspondentes licitações, além de estarem ambos inseridos no

aludido programa; 10- inexistente espaço ocioso no *campus* de Ondina para efeito de aplicação de aulas, embora seja necessária a edificação de mais um Pavilhão com essa precisa finalidade, em função do permanente e avissareiro crescimento das Unidades; 11- não há possibilidade financeira de cobertura de débitos ou passivos universitários mediante utilização de verbas do REUNI, efetivamente insuficientes para tal procedimento, somente possível com recursos da própria UFBA. Em seguida, o Magnífico Reitor sintetizou as proposições conclusivas oriundas do debate plenário acerca do tema em exame: 1- com base em preliminar levantada pelo relator, Conselheiro Marco Antônio Fernandes, ratificação da decisão de aplicação prioritária dos recursos recentemente liberados e disponíveis nos equipamentos de uso coletivo da Universidade, conforme o que foi aprovado, em reunião anterior, como Plano de Obras para o que era emenda parlamentar de bancada; 2- ajuste e atualização da já mencionada planilha financeira por parte da Comissão de Orçamento e Finanças, em conformidade com proposição do Conselheiro Dirceu Martins, a ser posteriormente encaminhada à apreciação do Conselho; 3- transferência das unidades Faculdade de Ciências Contábeis e Instituto de Ciência da Informação para o estágio correspondente ao 2º escalonamento da tabela; 4- constituição de uma Comissão com a já proposta finalidade de contatos e reivindicações aos parlamentares relacionadas com as suas emendas individuais. O Conselheiro Marco Antônio Fernandes informou sobre a incorporação, ao seu relatório, do 2º item citado. Em seguida, o Senhor Presidente colocou o conjunto do parecer em votação, com o aludido ajuste do item 3, sendo aprovado com 1 abstenção. Na continuidade, assim também procedeu, de forma específica, em relação ao mencionado item 2, unanimemente aprovado pelo plenário. Por fim, submeteu o 4º item à votação, igualmente aprovado por unanimidade, assim deferindo-se a instituição da Comissão, cuja constituição, logo definida, apresentou a seguinte composição, a partir da espontânea e voluntária disponibilização individual para a sua estruturação: Conselheiros Prudente de Almeida Neto, Dulce Aquino, Luiz Rogério Leal, Carlos Roberto Franke, José de Deus da Silva e Gabriel Ribeiro de Oliveira. O Magnífico Reitor associou o grupo recém formado a um núcleo inicial para adoção das incipientes providências de requisito e ensejo das posteriores ações de consolidação do processo de implementação das já anunciadas e aprovadas tarefas.

Expediente:

O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e registrou a presença da Conselheira Fernanda de Mendonça Lima, Vice-Diretora da Faculdade de Farmácia (FAR), recentemente eleita, pela primeira vez participando de reunião daquele Colegiado, bem como o lamentável falecimento da Professora Ana de Lourdes Ribeiro, docente lotada na Faculdade de Arquitetura (ARQ).

Local: UFBA

O que ocorrer:

Não houve o que ocorrer

Participantes:

sob a presidência do Magnífico Reitor

Professor Naomar Monteiro de Almeida Filho

presentes os Conselheiros a seguir relacionados: Professores Francisco José Gomes Mesquita (Vice-Reitor)

Joselita Nunes Macêdo (Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas)

Álamo Pimentel Gonçalves da Silva (Pró-Reitor de Assistência Estudantil)

Fernanda de Mendonça Lima (FAR)

Jorge Antônio Moreira da Silva (BIO)

Ângela Tamiko Sato Tahara (ENF)

Antônio Wilson Ferreira Menezes (ECO)

Daniel Marques (TEA)

Antônio Albino Canelas Rubim (IHAC)

Reginaldo Souza Santos (ADM)
Teresa Leal Gonçalves Pereira (LET)
Marco Antônio Nogueira Fernandes (MAT)
Arthur Matos Neto (FIS)
Maria Isabel Pereira Vianna (ODO)
Prudente Pereira de Almeida Neto (EDC)
Sudário de Aguiar Cunha (FCC)
Renata Inês Passos da Silva Pinto. (ARQ)
Rubens Ribeiro Gonçalves (ICI)
Maria Thereza Barral Araújo (ICS)
Iracema Santos Veloso (NUT)
Dulce Tamara Lamego da Silva (DAN)
Élio Santana Fontes (ENG)
Luiz Rogério Bastos Leal (GEO)
Dirceu Martins (QUI).

COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVO - CPArq

End.: Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Palácio da Reitoria - Térreo CEP: 40.110-060

Telefone: (0**71) 3283-xxxx Fax: (0**71) 3283-xxxx

E-mail: cparq@ufba.br

Link: <https://cparq.ufba.br/ata-da-reuniao-extraordinaria-do-conselho-universitario-da-universidade-federal-da-bahia-realizada-2>